

A opinião pública brasileira irá testemunhar, finalmente, um debate aberto sobre o problema nacional de saúde. A oportunidade pela qual esperava, há alguns meses, frustrou-se quando a VIII Conferência Nacional de Saúde revelou-se um jogo de cartas marcadas. Um plenário esmagadoramente formado por esquerdistas transformou a Conferência em um comício dos partidários da tese da estatização completa dos serviços de saúde no país.

Algo diferente deverá acontecer a partir de hoje em São Paulo, onde se instala o I Congresso Nacional de Saúde das Entidades Não Governamentais. Embora seja um contraponto àquela Conferência, a intenção dos organizadores do Congresso não é responder com outro monólogo ao monólogo de Brasília. Concebeu-se o Congresso como um encontro democrático, no qual todas as correntes de opinião possam manifestar-se. Serão ouvidos também os partidos políticos, convidados a expressar seus pontos de vista através de candidatos com credenciais para discutir a questão na futura Assembléia Constituinte.

Em clima de diálogo, não é difícil prever que a tese da estatização se inferiorizará pela sua própria falta de substância. A questão chave da eficiência, ignorada em Brasília, virá naturalmente para o primeiro plano. E uma análise comparativa de custos e benefícios mostrará a superioridade dos serviços particulares de medicina sobre os do sistema operado pelo governo. São melhores e mais baratos. Entre os muitos dados que evidenciam o desnível, bastaria mencionar o fato de que uma internação nos hospitais do Iamp pode chegar a ser quase sete vezes mais cara do que o preço do leito ocupado em uma instituição particular.

Os motivos que levam a tão gritantes diferenças parecem óbvios. Os serviços governamentais de saúde são mal gerenciados e, em muitos casos, não passam de verdadeiros cabides de emprego. E isto acontece não apenas no Brasil, mas até em países desenvolvidos que, por força de circunstâncias políticas, caíram no logro da estatização. O modelo inglês, adotado pelos trabalhistas e apontado na Conferência de Brasília como ideal para o nosso país, encontra-se à beira da falência. Sua máquina administrativa passou a consumir a maior parte dos recursos, tendo como contrapartida uma queda vertical na qualidade da assistência prestada à população.

A estatização preconizada pelos que prevaleceram na VIII Conferência Nacional de Saúde serviria apenas para agravar os vícios do sistema existente, que são muitos e para os quais o remédio é uma gradativa privatização. Em matéria de saúde, ao Estado compete o fundamental. A entrega de todas as responsabilidades do setor ao governo aumentaria o empreguismo, reduziria ainda mais o nível de eficiência e desviaria recursos que em condições saudáveis deveriam ser destinados a políticas de prevenção e combate às epidemias, assistência à infância e melhoria do nível alimentar da população.

Conduzida sob a forma de monólogo, a Conferência de Brasília expressou o ponto de vista de uma pequena minoria, mas não o da sociedade. Em um verdadeiro debate esta terá oportunidade de deixar claro que não é a favor da estatização. Pela sua experiência de todos os dias, o contribuinte sabe que o monopólio da saúde pelo governo apenas o obrigaria a pagar mais para continuar a receber em troca o pouco e insatisfatório que hoje recebe.